

GRUPO ONDAS MÉDIAS DE COMUNICAÇÃO

A amplitude da informação gerando letramento cidadão

PARANÁ EM HISTÓRIA E ANÁLISE

Compilação Crítica, Territorial, Política e Socioeconômica (1988–2026)

Conselho Editorial Ondas Médias

Matinhos, Paraná • 2026

SUMÁRIO

Manifesto Editorial: A Voz que Ecoa da Margem ao Centro		Pág. 3
Capítulo 1: A Geometria do Poder e a Evolução Partidária (1988–2026)		Pág. 4
Capítulo 2: Dinâmica Econômica, Finanças e Guerra Fiscal (2019–2026)		Pág. 6
Capítulo 3: A Desestatização da Copel e a Engenharia da Golden Share		Pág. 8
Capítulo 4: Territórios e Desenvolvimento: O Diagnóstico das 6 Regiões Intermediárias		Pág. 10
Capítulo 5: Crise e Urgência na Saúde Pública do Litoral		Pág. 12
Capítulo 6: O Gargalo da Educação e o Funil da Escolaridade Nativa		Pág. 14
Capítulo 7: Pobreza, Saneamento e Insegurança Alimentar no Litoral		Pág. 16

MANIFESTO EDITORIAL

A Voz que Ecoa da Margem ao Centro

Há um pulsar diferente no lugar onde a terra se curva para abraçar o Atlântico. Quem nasce, vive ou deita raízes no Litoral do Paraná aprende, desde muito cedo, a decifrar os silêncios e os ruídos de uma região que é, ao mesmo tempo, o portal de riqueza do estado e o confessionário de suas maiores ausências. É desse cenário de contrastes profundos, onde a imponência da Serra do Mar encontra a imensidão do oceano, que nasce o Ondas Médias Comunicação.

Resgatar o conceito histórico da rádio de amplitude modulada (AM) - a velha e eterna 'Ondas Médias' - na era digital é o nosso compromisso com a vanguarda. O Ondas Médias não é apenas um veículo de comunicação; ele representa a voz que rompia as barreiras da geografia física e social para entrar nos lares mais humildes do interior, conversando com o pescador em alto-mar, o trabalhador portuário e o agricultor no pé da serra. Hoje, sintonizar em Ondas Médias significa dar ouvidos ao invisível, humanizando dados e estatísticas para traduzir a vida real em sua plenitude.

Recusamos veementemente o papel de meros figurantes da nossa própria história. Por gerações, o Litoral paranaense foi reduzido pelas elites do planalto a um mero cenário de férias temporárias ou a planilhas frias de exportação de grãos. Mas quando as massas de veranistas sobem a serra, as UPAs sobrecarregadas, as ilhas sem saneamento e as escolas isoladas permanecem. Nosso jornalismo investiga, analisa e publica porque sabemos que a informação cidadã é o único bem que, quando compartilhado, não se divide - multiplica-se e liberta.

Nossa redação é uma trincheira de esperança e um ponto de convergência de professores, pescadores, estudantes e trabalhadores. Não buscamos a retórica vazia, mas a solidez dos dados e o rigor da verdade para provocar o incômodo saudável que desperta a cidadania. Escrevemos para que o cidadão de Paranaguá, de Guaraqueçaba ou de Matinhos compreenda que a precariedade de suas vidas não é um destino geográfico ou divino, mas o reflexo de falhas e escolhas políticas que precisam ser fiscalizadas e transformadas.

CAPÍTULO 1

A GEOMETRIA DO PODER E A EVOLUÇÃO PARTIDÁRIA (1988–2026)

1.1 Da Redemocratização à Hegemonia do Orçamento

O arranjo político-institucional brasileiro sofreu mutações drásticas nas últimas quatro décadas. O modelo conceitual clássico do 'Presidencialismo de Coalizão', teorizado por Sérgio Abranches na redemocratização - em que o Poder Executivo utilizava a partilha de cargos ministeriais e a liberação discricionária de verbas como moedas de troca para angariar sustentação parlamentar -, foi progressivamente substituído pelo chamado 'Presidencialismo de Assembleia' ou impositivo. Protegido por reformas legislativas, o Congresso Nacional conquistou inédita autonomia orçamentária, reduzindo drasticamente a dependência de barganhas com o Palácio do Planalto.

1.2 As Engrenagens Partidárias em Mutação

A dinâmica do poder foi historicamente ancorada em eixos ideológicos bem definidos. A *Era PSDB* (1995-2002) moldou a estabilização macroeconômica baseada no Plano Real, ancorada em uma aliança pragmática com o conservadorismo do PFL (tecnocracia paulista unida às oligarquias regionais do Norte/Nordeste). O ciclo foi sucedido pela *Hegemonia Petista* (2003-2016), que redirecionou o pilar de sustentação eleitoral para o 'subproletariado' informal do Norte/Nordeste, operando um 'Presidencialismo de Cooptação Ampliado' no qual o PMDB (renomeado MDB) funcionava como sócio-majoritário da governabilidade em troca de feudos estatais estratégicos.

1.3 A Ruptura de 2016 e a Nova Geometria

O impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e o avanço da Operação Lava Jato implodiram a bipolaridade previsível entre PT e PSDB. A partir desse curto-circuito de representação, o 'Centrão' tradicional - liderado na Câmara por Eduardo Cunha - converteu o apoio parlamentar em um balcão impositivo. Nesse cenário, o *Partido Social Democrático (PSD)*, liderado por Gilberto Kassab, surgiu como o regulador de pressão do sistema: sem ideologia rígida, o partido domina prefeituras no país, transformando-as em cinturões de votos para cadeiras no Congresso, permitindo ao governador Carlos Massa Ratinho Júnior consolidar o partido no Sul. Paralelamente, o *Partido Liberal (PL)* metamorfoseou-se em colosso conservador ao abrigar a ala populista de direita liderada por Jair Bolsonaro a partir de 2021.

1.4 O Garrote Institucional e Afunilamento Partidário

Para conter a fragmentação partidária que atingira o ápice em 2018 (com 30 siglas representadas na Câmara), o sistema implementou a Emenda Constitucional nº 97/2017. O fim das coligações em eleições proporcionais e as exigências crescentes da Cláusula de Barreira desencadearam uma onda de fusões (DEM e PSL fundindo-se no União Brasil; incorporações no PRD e Podemos) e a institucionalização das Federações Partidárias (PT-PCdoB-PV e PSOL-REDE). Consequentemente, o poder e os bilhões do fundo público de campanha concentraram-se nas cúpulas de 5 ou 6 'Superpartidos', isolando novas lideranças.

Dimensão	Presidencialismo Clássico (1994–2014)	Presidencialismo de Assembleia (2020–2026)
Gênese do Poder	Executivo dita e induz a agenda legislativa federal.	Congresso imita e dita a pauta econômica e legislativa.
Execução de Emendas	Autorizativa / Contingenciada pelo Palácio do Planalto.	Impositiva universal + Emendas Pix automáticas.
Financiamento	Doações privadas e empresariais de grandes companhias.	Exclusivamente público via bilionário Fundo Eleitoral.
Fragmentação	Crescente, polarizada pelo bipartidarismo PSDB x PT.	Afunilamento em Superpartidos e Federações por sobrevivência.

Tabela 1.1: Matriz comparativa da transformação do poder partidário no Brasil. Fonte: TSE e Câmara dos Deputados.

CAPÍTULO 2

DINÂMICA ECONÔMICA, FINANÇAS E GUERRA FISCAL (2019–2026)

2.1 O Paraná como a 4ª Maior Economia do País

Entre 2019 e 2026, sob a gestão de Carlos Massa Ratinho Júnior, o Paraná consolidou uma sólida expansão macroeconômica, registrando taxas de crescimento frequentemente superiores à média nacional. O Produto Interno Bruto (PIB) nominal do estado saltou de R\$ 440 bilhões em 2018 para patamares consolidados em R\$ 765 bilhões no final de 2025, estimando-se que alcance o teto de R\$ 800 bilhões até o encerramento do ciclo fiscal de 2026. Esse salto de 81,8% permitiu ao Paraná ultrapassar o Rio Grande do Sul, assumindo de forma estável o posto de 4ª maior economia do país e mantendo o selo Capag A+ de excelência fiscal concedido pelo Tesouro Nacional.

2.2 Atração de Capital e Incentivos Fiscais

A competitividade interestadual no Sul do Brasil gerou uma das disputas mais eficientes por capital privado do país. Através do programa *Paraná Competitivo*, gerado pela Secretaria de Fazenda (SEFA-PR), o estado captou mais de R\$ 120 bilhões em investimentos produtivos privados (como o Projeto Puma da Klabin em Ortigueira, as fábricas de caminhões da DAF e a expansão do setor automotivo e cooperativo de proteínas). O programa atua no diferimento de ICMS de energia, gás natural e bens de capital. Paralelamente, Santa Catarina contra-atacou com o PRODEC e Tratamentos Tributários Diferenciados (TTDs de Importação), desenhando um agressivo modelo de atração de Centros de Distribuição de e-commerce ao reduzir a alíquota portuária de ICMS para 1% a 2,6%.

2.3 A Reforma Tributária do Consumo e o Fim da Guerra Fiscal

A promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 (Reforma Tributária) reconfigura estruturalmente essa disputa ao unificar os impostos sobre o consumo (ICMS/ISS sendo substituídos pelo IBS/CBS) e instituir a tributação baseada no 'princípio do destino'. A transição impõe um cronograma rígido de extinção dos benefícios fiscais vigentes entre 2029 e 2032, culminando em 100% de extinção até o início de 2033. Com a perda do ICMS como moeda de troca, a atração de novas plantas industriais migrará do fomento tributário para a infraestrutura real: eficiência logística (Anel de Integração de pedágios, malha ferroviária e expansão portuária de Paranaguá) e estabilidade de fornecimento de energia limpa (ESG).

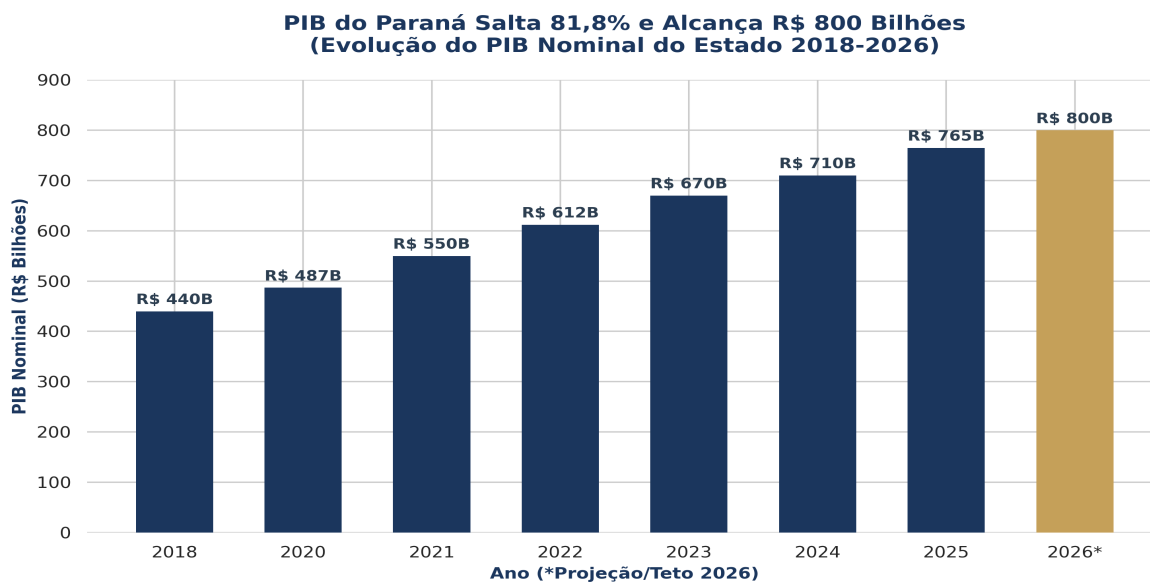


Gráfico 2.1: Evolução do PIB Nominal do Paraná. Fonte: IPARDES / IBGE.

Parâmetro	Paraná (Programa Paraná Competitivo)	Santa Catarina (PRODEC / TTDs)
Mecanismo do ICMS	Diferimento total do imposto incremental, energia e bens de capital.	Financiamento e postergação de até 75% do ICMS incremental.
Regime de Importação	Diferimento portuário convencional no Porto de Paranaguá.	TTDs de Comércio Exterior altamente agressivos (carga efetiva de 1% a 2,6%).
Foco de Atração	Grandes plantas industriais (Klabin, DAF), cooperativas de proteínas e setor automotivo.	Centros de Distribuição (CDs) de e-commerce, polos de metalmeccânica e tecnologia regional.
Contrapartidas	Aporte mínimo, geração de empregos qualificados e fomento a municípios de baixo IDH.	Investimento em capital fixo e expansão de faturamento local.

Tabela 2.1: Matriz comparativa de atratividade de investimentos. Fonte: SEFA-PR e SEF-SC.

CAPÍTULO 3

A DESESTATIZAÇÃO DA COPEL E A ENGENHARIA DA GOLDEN SHARE

3.1 A Venda de Controle e a Transformação em Corporation

Em agosto de 2023, sob a autorização da Lei Estadual nº 21.272/2022, o Governo do Paraná concretizou a transformação da Companhia Paranaense de Energia (Copel) em uma corporação de capital pulverizado (*corporation* sem acionista controlador definido) através de uma oferta pública de ações (*follow-on*) na B3, que movimentou mais de R\$ 5,2 bilhões. O Estado reduziu sua participação votante direta de 31,1% para aproximadamente 10%, recebendo R\$ 3,1 bilhões líquidos pela venda de suas ações. O governo alegou que a desestatização era essencial para liberar a Copel dos limites de endividamento público e da Lei de Licitações (passando a operar sob regras privadas de maior agilidade na contratação de bens e serviços, com planos anuais de CapEx saltando de R\$ 1,9 bi para R\$ 2,5 bi para automação e o programa de medidores inteligentes Paraná Grid).

3.2 A Golden Share Paranaense na Prática

Para balancear a perda de controle acionário e blindar o interesse público paranaense, o Estado reteve uma única ação de classe especial (*Golden Share*), de sua propriedade exclusiva. Ela garante poder de veto absoluto e unilateral em Assembleia de Acionistas em quatro temas pétreos fundamentais, independentemente de futuros desinvestimentos estatais: (1) alteração ou remoção da trava estatutária que limita o poder de voto de qualquer acionista a no máximo 10% (evitando tomadas de controle hostis); (2) mudança da denominação social (preservando o nome 'Copel'); (3) transferência da sede social e diretoria executiva para fora de Curitiba; e (4) desinvestimento ou privatização da subsidiária de distribuição (Copel Distribuição), garantindo a concessão operacional pública da entrega de energia local.

3.3 Comparativo Setorial: Copel vs. Eletrobras

A modelagem da privatização da Copel espelhou conceitos da Eletrobras (2022), mas incorporou salvaguardas de forte cunho regionalizado. Enquanto a Golden Share da União na Eletrobras tem foco estritamente regulatório e societário (trava de voto de 10% e proteção contra oposição/OPA via Poison Pill) sem interferência territorial ou em planos operacionais, a do Paraná é uma âncora de desenvolvimento local. Ela garante que, embora operada por fundos privados de investimento e com regimes eficientes de PDV pós-privatização, a holding de energia permaneça paranaense, mantendo seus tributos, cargos de direção qualificada e a gestão de sua rede de distribuição em solo estadual.

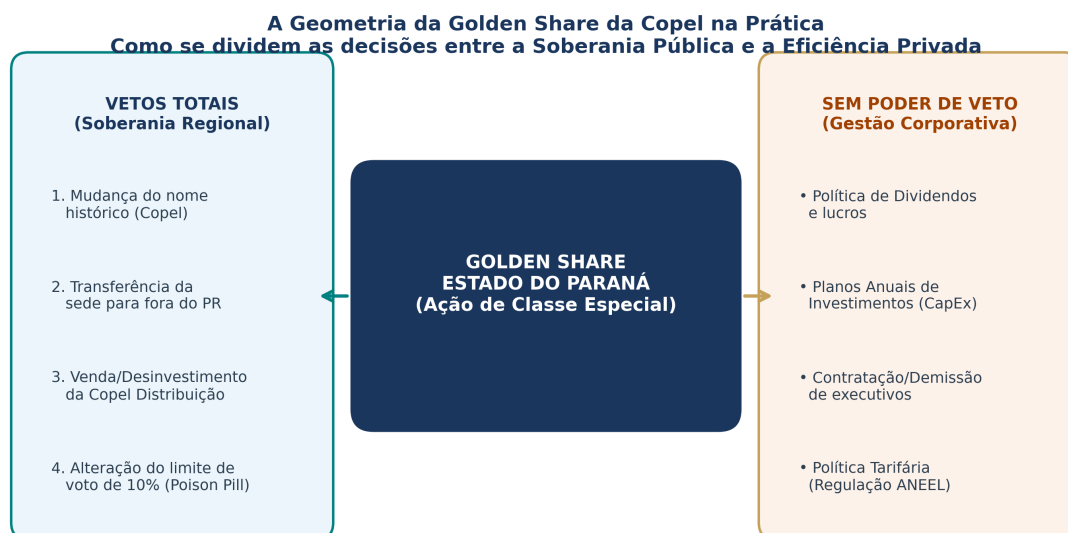


Diagrama 3.1: Arquitetura do poder da Golden Share. Fonte: Lei Estadual nº 21.272/2022.

Decisões da Holding	Poder do Estado (Golden Share)	Justificativa de Salvaguarda
Troca de Nome (Copel)	VETO TOTAL	Proteção reputacional e patrimônio intangível da marca paranaense.
Transferência de Sede	VETO TOTAL	Garantia de recolhimento de impostos locais e manutenção de empregos de alta direção.
Venda da Copel Distribuição	VETO TOTAL	Proteção do serviço de distribuição local (Copel DIS) que atende 394 dos 399 municípios.
Quebra do Limite de 10%	VETO TOTAL	Evitar a tomada de controle hostil (hostile takeover) por fundos estrangeiros concorrentes.
Dividendos e CapEx	Sem Poder de Veto	Decisão gerencial exclusiva do Conselho de Administração privado.
Tarifas de Energia	Sem Poder de Veto	Regulação e fiscalização de tarifas a cargo exclusivo da agência federal ANEEL.

Tabela 3.1: Matriz de competências regulatórias. Fonte: Estatuto Social da Copel.

CAPÍTULO 4

TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO: DIAGNÓSTICO DAS 6 REGIÕES

4.1 O Balanço Territorial do Governo Ratinho Júnior

A aplicação das políticas públicas paranaenses não ocorreu de forma uniforme no território estadual. Embora a descentralização administrativa de serviços tenha sido uma marca da gestão (com abertura de Universidades Estaduais e Hospital de Guarapuava), persistem marcantes assimetrias socioeconômicas. Observa-se um contraste expressivo entre os 'eixos de alto dinamismo' - formados pela Região Metropolitana de Curitiba, pelos polos de agronegócio de Maringá e Londrina, pela agroindústria de proteínas de Cascavel/Toledo e pelo hub logístico de Ponta Grossa - e as 'áreas de alta vulnerabilidade', notadamente o Vale do Ribeira, o Litoral paranaense e porções do Centro-Sul.

4.2 Radiografia Regional (Eixo a Eixo)

- **Curitiba e RMC:** Concentra 42% do PIB estadual e sofre com o esgotamento dos leitos de pronto-socorro metropolitano e gargalos de mobilidade no Contorno Leste. Recebeu investimentos históricos no Litoral (Porto de Paranaguá, Ponte de Guaratuba de R\$ 380 milhões e orla de Matinhos).
- **Londrina:** Polo de agroindústria e serviços de TI. Recebeu duplicações na PR-445 e a expansão do HU-UEL, lutando para reter jovens no Norte Pioneiro.
- **Maringá:** Agronegócio de precisão com alta expansão do PIB agroindustrial e abertura do Hospital da Criança.
- **Cascavel e Oeste:** Destaque mundial em proteínas (cooperativismo), cercado por pressões transfronteiriças na segurança e dependência da BR-277 para escoamento.
- **Ponta Grossa:** Polo florestal (Projeto Puma Klabin) e maior crescimento relativo de ICMS industrial através do Paraná Competitivo.
- **Guarapuava e Centro-Sul:** Menor IDH e dependência de repasses públicos. Abertura do Hospital Regional de Guarapuava supriu vazio de alta complexidade cardiológica e oncológica.

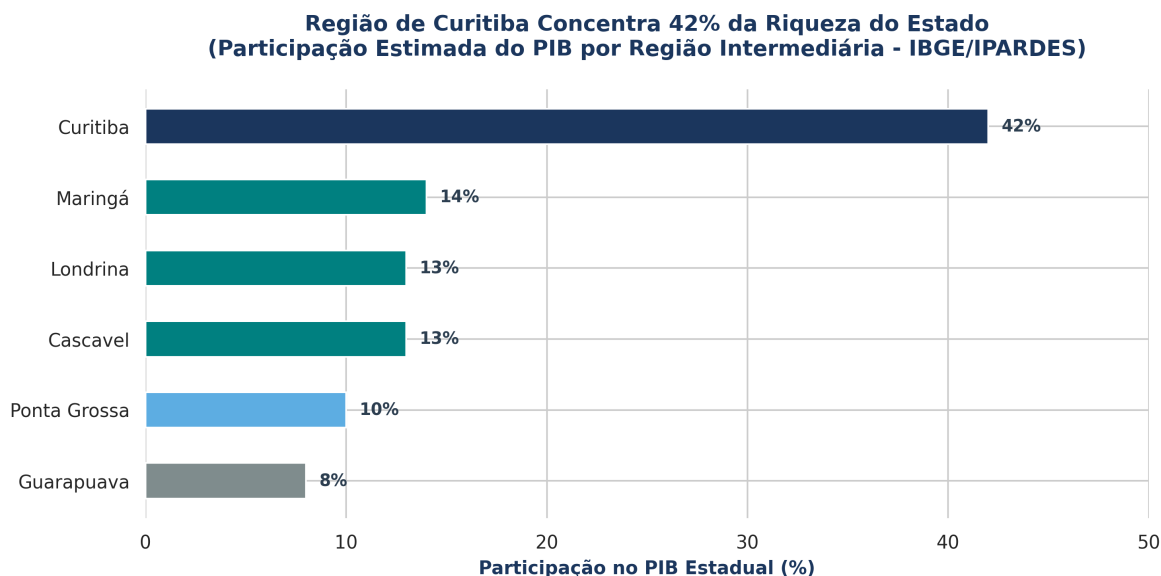


Gráfico 4.1: Participação Regional Estimada no PIB. Fonte: IPARDES.

Região	Infraestrutura Chave	Saúde e Redução de Vazios	Vulnerabilidade / Desafio
Curitiba	Porto de Paranaguá, Ponte de Guaratuba, orla de Matinhos.	Anexo do CHT operando; ampliação do Hospital Litoral em Paranaguá.	Saturação de prontos-socorros metropolitanos e isolamento do Vale do Ribeira.
Londrina	Duplicação da PR-445 e novos acessos rodoviários à B3.	Expansão e atração do HU da Universidade Estadual de Londrina.	Esvaziamento populacional e atração de indústrias no Norte Pioneiro.
Maringá	Duplicação Contorno Sul e Estrada Boiadeira (BR-487).	Inauguração e operação do Hospital da Criança de Maringá.	Gargalo no escoamento rural e conexão das calhas com rios de fronteira.
Cascavel	Ponte da Integração Brasil-Paraguai e duplicação BR-277.	Consolidação do HUOP / Unioeste e novo CISOP em Cascavel.	Pressão financeira por atendimentos transfronteiriços na Tríplice Fronteira.
Ponta Grossa	Entroncamento rodoferroviário e Lote 1 de novos pedágios.	Consolidação do Complexo Hospitalar da UEPG (HUM e Materno).	Fiscalização rigorosa sobre cobranças tarifárias de novos pedágios.
Guarapuava	Pavimentação da PR-364 (Irati a São Mateus) e PR-170.	Abertura do Hospital Regional de Guarapuava e Medicina Unicentro.	Inércia do desenvolvimento industrial fora do setor de madeira/grãos.

Tabela 4.1: Matriz de eixos de políticas públicas do governo do estado. Fonte: IPARDES.

CAPÍTULO 5

CRISE E URGÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA DO LITORAL

5.1 O CISLIPA e o Asfixiamento da Saúde Coletiva

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná (CISLIPA), autarquia responsável pela retaguarda de serviços especializados de urgência e emergência - incluindo a operação integrada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) nos sete municípios da costa (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná) -, convive com uma grave crise estrutural e financeira. O consórcio acumula um passivo consolidado de mais de R\$ 16,6 milhões, ultrapassando substancialmente seu orçamento anual previsto de R\$ 11,8 milhões. Esse rombo financeiro decorre de encargos trabalhistas acumulados, horas extras mal provisionadas em gestões passadas, gerando processos judiciais trabalhistas que dão origem a precatórios milionários e à asfixia operacional direta das frotas de ambulâncias por fornecedores de autopeças e oficinas mecânicas sem receber.

5.2 O Caso Crítico de Guaraqueçaba

O município de Guaraqueçaba, caracterizado pelo menor IDH litorâneo e com forte isolamento geográfico e logístico (dependente de estradas vicinais não pavimentadas ou de barco/suporte aeromédico), é o elo mais vulnerável dessa crise. Denúncias na Tribuna da Câmara local pelo vereador Thuca da Saúde alertaram para repasses atrasados e o risco de que os passivos da autarquia de rateio, superiores a R\$ 2 milhões para o município, se tornem precatórios capazes de asfixiar o tesouro de Guaraqueçaba, que opera com baixa arrecadação própria e dependência total do FPM e ICMS Ecológico. Preocupado em equilibrar as contas, o prefeito Sandro da Saúde tem enfrentado o dilema de manter o repasse do SAMU sob o temor de desvios e colapso no atendimento básico em áreas remotas.

5.3 A Debandada dos Municípios e a Nova Gestão (2025–2027)

A insatisfação com a governança obscura provocou reações institucionais drásticas. Guaratuba formalizou sua saída do consórcio com o descredenciamento amparado pela Lei Municipal nº 2.171/2025, buscando o Consórcio Metropolitano (COMESP) para proteger as finanças locais, mas esbarrando em travas estatutárias de dívidas solidárias que se arrastam na justiça. Diante do colapso, uma nova eleição em janeiro de 2025 definiu Adriano Ramos (prefeito de Paranaguá) como o novo presidente do CISLIPA, tendo Rozane Osaki (Antonina) como vice. A nova administração enfrenta o escrutínio do Ministério Público do Paraná (MPPR), que aponta 'opacidade digital' recorrente com abas do Portal da Transparência sistematicamente indisponíveis, e de sanções do Tribunal de Contas (TCE-PR), que multou ex-gestores por descumprimento de cautelares na contratação do SAMU (Processo nº 527466/21).

Ano	Orçamento Global Litoral (R\$)	Repasse Estaduais (Sesa) (R\$)	Déficit / Passivo Acumulado (R\$)
2021	450.000.000	12.500.000	3.500.000 (Primeiras tensões)
2022	490.000.000	15.100.000	5.800.000 (Multas do TCE-PR)
2023	540.000.000	14.800.000	8.900.000 (Opacidade fiscal)
2024	590.000.000	16.500.000	14.200.000 (Greves de socorristas)
2025	630.000.000	18.200.000	16.643.624 (Pico da dívida do SAMU)
2026	680.000.000	19.400.000	12.000.000 (Plano de saneamento de passivos*)

Tabela 5.1: Evolução financeira do CISLIPA e Orçamento Regional. *Projeção de redução de passivos. Fonte: SESA-PR e TCE-PR.

ALERTA DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

A 4ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Paraná e o Tribunal de Contas (TCE-PR) têm atuado rigorosamente por meio de Ações Cíveis Públicas e auditorias de conformidade. O foco está na falta de transparência digital ativa, irregularidades em licitações e desvio de repasses vinculados à operação direta do SAMU litoral, gerando o asfixiamento da frota.

CAPÍTULO 6

GARGALO DA EDUCAÇÃO E O FUNIL DA ESCOLARIDADE NATIVA

6.1 O Fenômeno do IDEB no Paraná e a 'Plataformização'

A rede estadual de ensino do Paraná, gerenciada pela SEED-PR, alcançou a liderança isolada nacional do IDEB (nota 5,1 no Ensino Médio). A gestão consolidou-se pelo uso intensivo de tecnologias, frequência monitorada pelo aplicativo *Eduscolar*, tutoria pedagógica e a introdução de escolas cívico-militares (mais de 200) e terceirização administrativa com o programa *Parceiro da Escola*. No entanto, o modelo sofre contestações da APP-Sindicato, que denuncia a perda de autonomia docente decorrente do assédio por metas diárias digitais, o adoecimento docente (síndrome de burnout) e o esvaziamento das humanidades para direcionar o ensino estritamente para as provas padronizadas (*teaching to the test*).

6.2 O Mismatch Socioeconômico e o Funil de Evasão

No Litoral, a educação enfrenta um profundo abismo geográfico. Paranaguá conta com um complexo portuário bilionário e eficiente, mas a maioria de seus postos operacionais qualificados e cargos de engenharia é preenchida por moradores de Curitiba. A população nativa caiçara e ribeirinha das ilhas (como Superagui, Ilha das Peças e Ilha do Mel) vive em exclusão funcional. O transporte escolar marítimo é precário e sofre constantes interrupções causadas por intempéries climáticas e falhas mecânicas. Além disso, a sazonalidade econômica (pesca artesanal e turismo de praia no verão) força os jovens ao mercado informal, gerando índices alarmantes de abandono. O Ensino Médio funciona como um funil excludente: sem salas de aula locais nas ilhas, o jovem caiçara precisa fazer travessias diárias de mais de duas horas ou mudar-se de residência, o que culmina em uma evasão no Ensino Médio de 14,6% nas ilhas, quatro vezes maior que a média estadual de 3,5%.

6.3 Projetos de Sucesso e a Pedagogia da Alternância

Como resposta aos gargalos, o *Instituto Federal do Paraná (IFPR)* e o *Centro de Estudos do Mar da UFPR* em Pontal do Paraná operam cursos técnicos e de Oceanografia focados em transição portuária e meio ambiente. Nas comunidades agrícolas da Serra do Mar (Morretes e Antonina), a implantação da *Casa Familiar Rural* atua como o principal baluarte de permanência através da Pedagogia da Alternância (onde o aluno alterna uma semana de internato de formação agrícola-técnica com uma semana de aplicação na propriedade familiar), combatendo o êxodo juvenil e valorizando o saber tradicional caiçara.

O Funil da Escolaridade Nativa no Litoral do Paraná
Como as barreiras geográficas, logísticas e econômicas asfixiam o acesso ao Ensino Médio

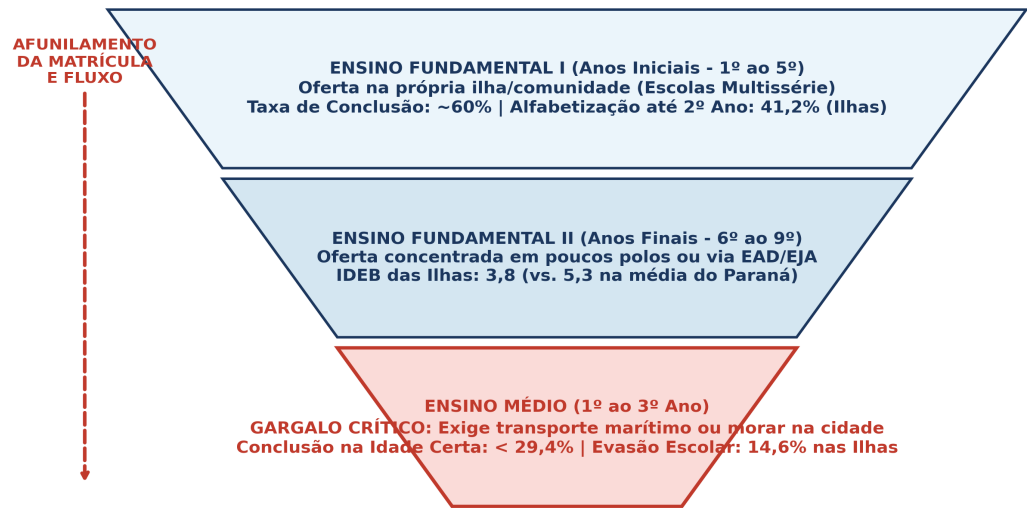


Diagrama 6.1: Representação visual do gargalo de evasão. Fonte: INEP / MEC.

Indicador Educacional	Comunidades Insulares	Áreas Rurais	Sedes Urbanas	Média Paraná
Alfabetização até o 2º Ano	41.2%	48.5%	57.8%	68.2%
IDEB - Anos Iniciais	4.9	5.2	6.0	6.4
IDEB - Anos Finais	3.8	4.2	4.9	5.3
Evasão Escolar Ensino Médio	14.6%	11.2%	6.5%	3.5%
Distorção Idade-Série (EM)	32.4%	26.8%	17.5%	11.1%

Tabela 6.1: Matriz comparativa das assimetrias educacionais do Litoral. Fonte: Censo Escolar INEP 2024 e SEED-PR.

CAPÍTULO 7

POBREZA, SANEAMENTO E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO LITORAL

7.1 O PIB Ilusório vs. A Realidade Domiciliar

A análise do PIB *per capita* do Litoral paranaense apresenta uma distorção clássica. Devido à circulação logística do Porto de Paranaguá, o PIB *per capita* nominal do município figura entre os maiores do Paraná (alcançando R\$ 89.400). Entretanto, a renda domiciliar média *per capita* na maioria das localidades costeiras desmorona para R\$ 1.680 em Paranaguá, R\$ 1.260 em Antonina e apenas R\$ 810 em Guaraqueçaba. A riqueza do porto e o faturamento das montadoras e exportadoras de grãos passam ao largo de bolsões periféricos densamente povoados e marginalizados (como as palafitas da Ilha dos Valadares e o bairro do Jardim Esperança), que convivem com subocupação crônica nos meses de inverno devido ao esgotamento sazonal da pesca e turismo.

7.2 O Deficit Histórico de Saneamento Básico

O abismo socioeconômico é cristalino nos indicadores de infraestrutura hídrica e esgotamento da Sanepar. Enquanto Curitiba conta com mais de 96,2% de cobertura de coleta de esgoto, o Litoral amarga estatísticas alarmantes: apenas 54,1% em Matinhos, 38,6% em Morretes e míseros 12,3% na zona urbana de Guaraqueçaba. Nas ilhas da Baía de Paranaguá e manguezais estuarinos, as fossas negras e o lançamento de efluentes sanitários *in natura* na água representam a regra, gerando sérios riscos epidemiológicos (doenças parasitárias, parasitoses intestinais recorrentes) e comprometendo as metas sanitárias do Marco Legal do Saneamento Básico.

7.3 Fome Silenciosa e Povos Tradicionais

A vulnerabilidade é extrema quando analisada nos povos originários (Guarani Mbya e Ava-Guarani na TI Cotinga e TI Sambaqui) e remanescentes de quilombos (Quilombo Feital em Antonina e Batuva em Guaraqueçaba). Pressionados por restrições ambientais de sobreposição de Unidades de Conservação e sofrendo com a exploração de atravessadores no escoamento de bananas e mandiocas, a insegurança alimentar grave ou moderada atinge taxas assustadoras: 54,6% nos domicílios quilombolas e 68,2% nas aldeias indígenas, em profundo contraste com a média paranaense de 18,2%.

7.4 O Papel do Legislativo Municipal e a Fiscalização Cidadã

Diante desse panorama crítico, os vereadores e o controle social desempenham papel indispensável. Através de Requerimentos de Informação, o legislativo municipal pode forçar a Sanepar a discriminar planilhas de investimentos (provando se a expansão do saneamento prioriza apenas a orla turística em detrimento de periferias e ilhas rurais). Adicionalmente, vereadores e associações comunitárias podem acionar formalmente a agência reguladora estadual AGEPAR por descumprimento de metas e desabastecimento constante, e protocolar representações no GAEMA (Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do MPPR) para assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com aplicação de multas severas pelo esgotamento clandestino de manguezais.

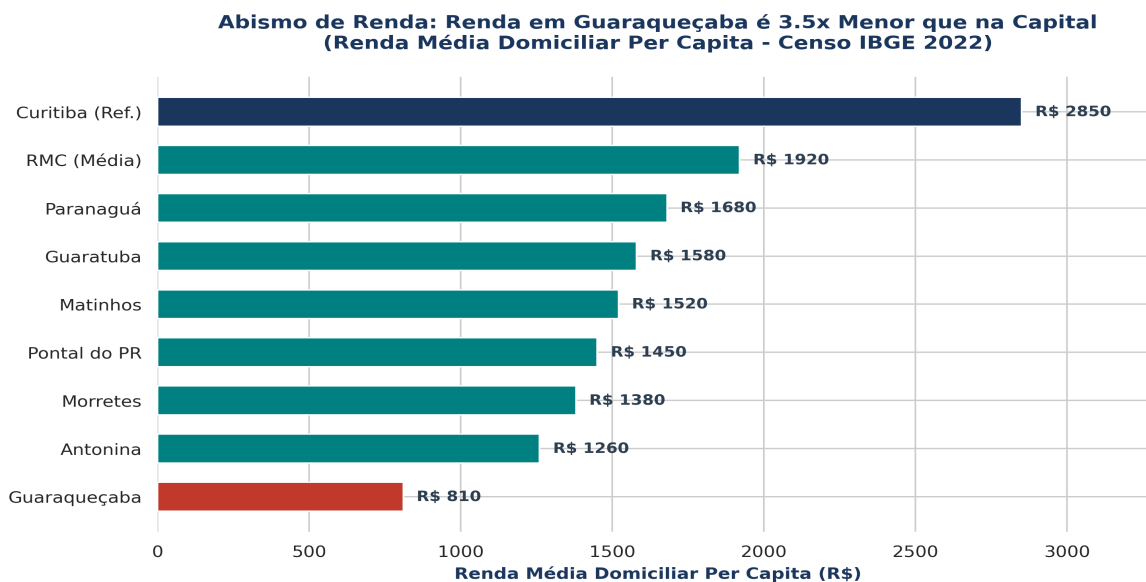


Gráfico 7.1: Renda Média Domiciliar Per Capita (R\$). Fonte: Censo IBGE 2022.

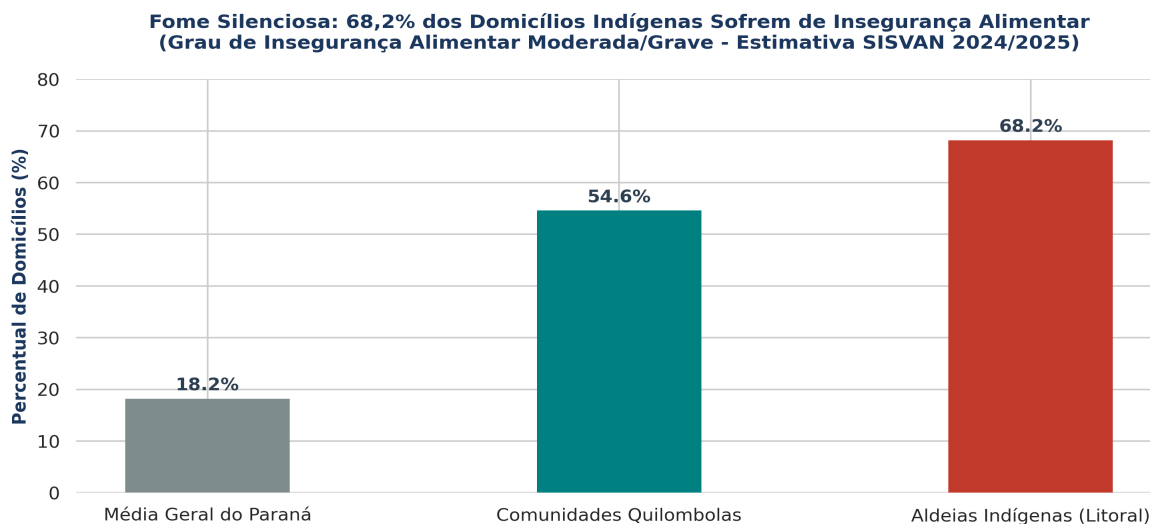


Gráfico 7.2: Grau de Insegurança Alimentar Moderada/Grave. Fonte: SISVAN / MDS.